



A Epidemia no Discurso Jornalístico sobre a Dengue¹

Luiz Marcelo Robalinho FERRAZ²
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Considerando a imprensa objeto cultural e espécie de “guardião da memória social”, defendemos que a construção do discurso jornalístico sobre a dengue foi – e é – feita com base no presente e no passado das diferentes doenças infecciosas, tendo a ocorrência de epidemia como fio condutor para produção de sentidos. Para tanto, analisamos 291 textos publicados no *Jornal do Commercio* do Recife-PE nos anos de 2002, 2004, 2006 e 2008 sobre a situação da doença em Pernambuco. O objetivo é analisar a inserção e o peso da dengue na agenda midiática.

Palavras-chave: dengue; discurso jornalístico; epidemia; interdiscurso; memória discursiva.

Introdução

A proposta deste artigo é discutir sobre o tratamento dado pela imprensa pernambucana à dengue, doença que vem afetando cada vez mais os brasileiros. Partindo da epidemia explosiva de 2002, buscamos compreender os efeitos de sentido produzidos, avaliando comparativamente as estratégias discursivas utilizadas em 2002, 2004, 2006 e 2008. Selecionamos matérias, reportagens e notas publicadas no *Jornal do Commercio* do Recife-PE como objeto de investigação, totalizando 291 textos.

Acontecimento epidemiológico que afeta o ecossistema da saúde, a epidemia se inscreve na memória pela imprevisibilidade e a singularidade (FOUCAULT, 2006[1963]). Falar de epidemia nos remete à desordem causada pelo caráter acidental da doença em larga escala na população, provocando mortes e afetando a rotina das cidades. Por isso, elas adquirem um sentido simbólico no cotidiano das sociedades contemporâneas a partir do momento em que se enfatiza o “fantasma” do perigo.

A dengue na agenda midiática

Como doença de epidemias cíclicas e representando um risco permanente, a dengue se tornou objeto de preocupação da imprensa, uma espécie de “moléstia do momento”, por ser uma enfermidade relativamente nova (que reapareceu no Brasil) e

¹ Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 10 a 12 de junho de 2010.

² Jornalista, Publicitário e Mestre em Comunicação pelo PPGCOM-UFPE, email: marcelorobalinho@yahoo.com.br.



atingir várias faixas etárias, independentemente de classe social. Apesar de ter perdido espaço no noticiário em 2009 para a gripe A(H1N1) em função da pandemia que assolou o planeta, a dengue nunca deixa de ser notícia pela característica particular de apresentar ciclos epidêmicos que atingem em maior ou menor grau a população, a depender da circulação viral e de condições ambientais que favoreçam a infecção.

No Brasil, as primeiras referências datam de 1846, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Na época, a dengue era conhecida como “polca” e “patuleia”. Embora estivesse presente desde o período colonial, a dengue surgiu, de fato, e ficou conhecida no país da segunda metade da década de 80 para cá, com a reintrodução do *Aedes aegypti* (mosquito transmissor da febre amarela e da dengue).

Em Pernambuco, o *Aedes* já havia sido identificado no final de 1984. Com a reintrodução do vírus e a ocorrência da primeira epidemia no Rio de Janeiro, em 1986, o monitoramento começou a ser adotado pelas autoridades de saúde. No mesmo ano, foram notificados os primeiros registros, sendo casos importados de Alagoas e do Ceará, sobretudo. O primeiro surto ocorreu em 1987 (2.118 casos), com 60% dos casos registrados no interior e o restante, no Recife.

A tabela 1 traz os registros da doença desde o surgimento dos primeiros casos:

1987	2.118
1988	-
1989	27
1990	-
1991	-
1992	-
1993	-
1994	-
1995	9.982
1996	22.722
1997	32.627
1998	52.633
1999	35.099
2000	27.949
2001	17.112
2002	116.245
2003	26.083
2004	6.337
2005	12.990
2006	18.595
2007	35.658
2008	40.948
Total	457.125

FONTE: Ministério da Saúde (*apud*, DONALÍSIO, 1999, p. 127) / Secretaria de Saúde de Pernambuco, 1995-2007 (*apud*, CORDEIRO; FREESE; NOGUEIRA, 2008, p. 67) / Secretaria Executiva de Vigilância em Saúde-SES



A epidemia explosiva³ da dengue em 2002 – que constituiu um acontecimento significativo para a saúde pública em Pernambuco (116.245 notificações) – foi determinante para a mídia divulgar amplamente o fato (acontecimento discursivo), fazendo evocar na lembrança os sentidos da epidemia e caracterizando o interdiscurso na construção dos discursos sobre a doença nos anos seguintes; um pouco na linha do que Davallon (2007[1983], p. 25) havia considerado sobre os objetos culturais abrirem a possibilidade de um controle da memória social. Segundo o francês,

[...] para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão. Porque é essa possibilidade de fazer impressão que o termo “lembrança” evoca na linguagem corrente.

Davallon considera que a lembrança de um acontecimento ou de um saber simplesmente não mobiliza uma memória social. É preciso que o grupo social reviva esse lembrar por meio de informações comuns às pessoas que fazem parte dele. A hipótese representa um avanço nas análises feitas por Halbwachs⁴ (2008[1968]) sobre memória coletiva e história, considerados por Davallon não mais como elementos opostos, e sim entrecruzados. Se para este a imagem é um operador da memória social na nossa cultura conferindo “ao quadro da história a força da lembrança”, no nosso entendimento, os textos midiáticos também cumprem o mesmo papel de produzir significados socialmente num ponto de convergência entre reconfigurar o passado e constituir o presente, lançando luzes para o futuro.

Discursivamente, a memória tem um papel importante na construção de sentidos sobre a dengue por “invocar” os elementos pré-construídos, ou seja, traços existentes em outros enunciados. Termo baseado na ideia de pressuposto⁵, o pré-construído “designa uma construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação”, remetendo assim ao que “cada um sabe” e, ao mesmo

³ O que diferencia uma epidemia normal de uma epidemia explosiva é a velocidade de progressão da doença. Na explosiva, a manifestação da doença envolve em pouco tempo a quase-totalidade das pessoas atingidas (ROUQUAYROL; ALMEIDA FILHO, 2003). Para fins de compreensão de utilização do termo na mídia, vamos considerar surtos e epidemias em quaisquer intensidades a mesma coisa.

⁴ Halbwachs (2008[1968]) distingue memória e história. Para ele, a memória coletiva se inscreve na continuidade e depende do grupo social que a faça funcionar/lembrar. Já a história começa quando acaba a memória. A única forma de manterem vivas as lembranças seria escrevê-las em formato de narrativa.

⁵ O conceito de pressuposto foi introduzido na linguística por Ducrot (1987[1972]), evidenciando certos conteúdos presentes no enunciado e já conhecidos supostamente pelo destinatário, sendo assumidos por uma espécie de *voz coletiva*. Segundo Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 403-5), os pressupostos têm como consenso “um *marcador* no enunciado, o que lhes confere uma relativa independência em relação ao contexto”, diferentemente dos subentendidos, que remete a um conteúdo mais intencional-subjetivo que uma expressão explícita.



tempo, ao que “cada um pode ver” em uma situação determinada (COURTINE, 2009[1981], p. 74-5). Isso supõe a existência de um sujeito universal, específico a uma formação discursiva, conforme Maingueneau (1997[1984]), ao qual o sujeito enunciador se identificaria discursivamente.

Dentro dessa concepção, a memória não é entendida no sentido individual, e sim inscrita em práticas sociais que permitem compreender o funcionamento do discurso, o fato de um já-dito sustentar cada tomada de palavra e as próprias relações de sentido dos discursos. Um espaço móvel, segundo Pêcheux (2007[1983], p. 52), de deslocamentos, retomadas e conflitos de regularização da materialidade discursiva, revelando o jogo de forças ante um discurso que surge como um *acontecimento a ser lido*.

O discurso de epidemia no interdiscurso da dengue

Refletir sobre a memória é também discutir a respeito da presença do interdiscurso no noticiário, avaliando como os sentidos da dengue foram sendo produzidos com base nos dizeres já construídos acerca de outras doenças infecciosas, sobretudo as transmitidas por mosquitos. Apesar de as moléstias terem características particulares, os sentimentos envolvendo cada uma delas (adoecimento, medo, mal, risco, morte etc.) mobilizam o que chamamos de *redes partilhadas de memória* acerca das enfermidades em geral (FERRAZ, 2010, p. 61). Dessa maneira, novos sentidos vão sendo produzidos com base nos já existentes, através de um processo interdiscursivo, que, de acordo com Orlandi (2007a, p. 31), “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

Como um acontecimento que acomete geralmente grande número de pessoas, a epidemia costuma ser encarada como uma calamidade, levando a sociedade a vivenciar uma experiência traumática, especialmente quando há vítimas. Para nós, a ideia de risco está constitutivamente ligada à epidemia. Embora essa noção seja complexa, não podemos deixá-la de lado, uma vez que ela costuma ser “invocada” não só pelos órgãos de saúde pública, como também pela imprensa, ao tratarem de potenciais surtos e epidemias. Dizem Veyret e Richemond (2007, p. 25-6) que o risco “designa, ao mesmo tempo, tanto um perigo potencial quanto sua percepção e indica uma situação percebida como perigosa na qual se está ou cujos efeitos podem ser sentidos”.

Entre o século XVII e o XVIII, a peste negra era vista na Europa como um risco surgido que representava “uma calamidade comparável ao granizo ou às inundações”, segundo Veyret e Richemond. Nessa época, as cidades eram percebidas como locais



potencialmente ameaçadores (guerras, epidemias, incêndios etc), marcando o inconsciente coletivo. Na avaliação das geógrafas, a análise histórica é importante para entender como as diferentes ocorrências foram inscritas nas sociedades, permitindo pôr em evidência o que elas denominam de “memória do risco e das catástrofes”.

[...] a escolha dos acontecimentos retidos pela memória coletiva não é neutra. Analisar como e por que a lembrança de uma catástrofe é perpetuada ou esquecida frequentemente faz com que se evidencie a complexidade de suas conseqüências. Ela pode também desempenhar um papel de acontecimento aglutinador, identitário para um grupo social que foi sua vítima.

Com a instalação da epidemia no início de 2002, a dengue adquiriu status na cobertura, especialmente em janeiro, fevereiro e março, meses que concentraram 107 dos 146 textos publicados pelo *Commercio* (73,28% do total de 2002). Já nesse período, a notificação teve uma influência decisiva sobre o regime enunciativo do jornal. Isso levou a publicar a evolução permanente da doença no território, informando ao seu público a respeito do número de casos confirmados ou com suspeita.

No quadro 1, trazemos algumas manchetes que deram o tom da cobertura:

01/02/2002	SAÚDE: Recife já tem 325 casos de dengue confirmados
23/02/2002	EPIDEMIA: Número de casos de dengue augmenta 196%
27/02/2002	EPIDEMIA: Hemorrágica tem o primeiro caso confirmado no Agreste
01/03/2002	EPIDEMIA: 843 pessoas infectadas em apenas um dia no Recife
12/04/2002	EPIDEMIA: Dengue já atinge 163 municípios do Estado

O noticiário seguiu a tendência de aumento de casos de dengue, reforçando o enfoque dado ao *dizer notificador*. O segundo aspecto da construção desses enunciados diz respeito à força do verbo *confirmar*, que significa “afirmar a verdade ou a exatidão”, “validar” e “comprovar” (HOUAISS, 2009, p. 519). Além de *confirmar*, o verbo *atingir* goza de privilégios nos títulos das matérias sobre a dengue, exprimindo o sentido de “chegar até” e “alcançar”. Amparado nos números fornecidos pela saúde pública, o jornal mediatizou os registros de casos e conferiu sentido à doença *atingindo* os corpos e *confirmando*, pouco a pouco, um quadro de possível descontrole.

Ainda nessa fase da cobertura, observamos o uso dos termos “saúde” e “epidemia” nas estratégias de titulação das matérias. Ambos, especialmente este último, tornaram-se significantes para produção de sentidos. Fausto Neto (1999, p. 62) diz que o

uso de operadores na edição dos títulos do jornal cria uma subagenda sobre a temática em questão dentro da agenda cotidiana definida pelo veículo de comunicação. “Através dele, o jornal anuncia uma espécie de ‘encontro marcado’ com o leitor”. Mais que ressaltar a palavra, essa subagenda enfatizou a realidade vivenciada naquele momento.

A forte carga simbólica que a noção de epidemia trouxe ao longo dos séculos é fundamental para visualizar os efeitos de sentido sobre as doenças nas matérias jornalísticas atuais. Para nós, o sentimento de proximidade da doença/epidemia está presente tanto nos títulos das matérias quanto nas representações imagéticas que retratavam moléstias presentes no território geográfico. Um exemplo é o óleo sobre tela *O Triunfo da Morte*, do pintor flamenco Pieter Brueghel, o Velho (1525-1569). No quadro, a morte é vista por uma paisagem panorâmica retratando as pragas e guerras que assolaram o mundo europeu no século XVI (figura 1).



Figura 1 – No óleo sobre tela *O Triunfo da Morte* (1562), do pintor flamenco Pieter Brueghel, enfatizam-se as pragas e guerras que assolaram o mundo europeu no século XVI.
FONTE: UJVARI, 2003, p. 152.

Apesar de terem sido produzidos em épocas distintas, textos midiáticos e obras artísticas estabelecem um diálogo interdiscursivo de perigo iminente no espaço geográfico. Por isso, é grande a importância dada pela imprensa hoje em dia ao *alerta* (que quer dizer “grito ou clamor de aviso”) de um possível *descontrole* em relação a qualquer enfermidade. Além disso, é interessante notar como a noção de morte está atrelada às doenças infecciosas. Evidente que existem diferenças nas duas representações. No Renascimento, período no qual o quadro de Brueghel foi pintado, a morte em série provocada pelas pragas revelava a fragilidade do homem diante do



destino imposto à coletividade. Com o progresso nos séculos seguintes, incluindo a descoberta dos agentes causadores de doenças, o homem passou a saber melhor o que lhe afligia, tendo um maior controle sobre a sua vida.

Mesmo com as diferenças nas duas épocas, existem pontos de contato entre o *ontem* e o *hoje*. Ao relacionarmos o passado e o presente das epidemias, acreditamos que os efeitos de sentido emanados dos diferentes discursos contribuíram por tornar a morte uma experiência traumática. Experiência de luta, segundo Bauman (2008, p. 73), que tem início com o nascimento do indivíduo e se estende pelo resto da vida. Com a morte, os “perigos são concebidos como ‘ameaças’ e derivam seu poder de amendrontar do metaperigo da morte”. Vivenciar a epidemia torna-se alvo de sofrimento e também de fetiche por parte das mídias, que se utilizam da morte como um dos valores principais na publicação de notícias sobre doenças.

No caso da dengue, as mortes veiculadas pela imprensa costumam trazer à tona o *sentimento de proximidade do perigo*, retomando um dos fatores que condicionam os medos sanitários na atualidade, conforme Ogrizek, Guillery e Mirabaud (1996). Divulgar a fatalidade registrada pelos órgãos públicos de saúde significa ressaltar o risco da doença no espaço geográfico. Com a morte, “o fim de tudo”, não há contestações, levando a imprensa a “colorir”, em alguns momentos, em tons ainda mais escuros, a face negativa do “mal” e do medo perante a doença, além de ressaltar a necessidade de um ambiente seguro do ponto de vista sanitário para evitar qualquer possibilidade de interromper o curso natural da vida das pessoas.

Ao tratar dos riscos sociais, Vieillard-Baron (2007, p. 315) considera que o sentimento de insegurança tem uma relação estreita com o discurso e o risco de agressão mantido pelas mídias, bem como no meio ambiente no qual a sociedade vive. Sentimento esse alimentado pelo próprio progresso da segurança e pela vontade do homem de poder controlar o mundo. “Conseqüentemente, a explicitação da narrativa que acompanha o risco é capital para aqueles que procuram dominá-lo”.

No caso das doenças, o risco é aumentado pela sensação de inquietude que a *possibilidade de contaminação* provoca no imaginário, baseada em crises passadas. Para o *Jornal do Commercio*, não apenas as mortes confirmadas, como também as suspeitas de óbito são alvo de divulgação da dengue. Totalizando as matérias publicadas sobre a doença em 2002, 2004, 2006 e 2008, verificamos que o periódico produziu 35 textos (matérias e notas) relacionados ao assunto, o que representa 12,3% do total de 291 matérias e notas. Avaliando os quatro anos em separado, 2008 foi o que apresentou

maior quantidade de textos a respeito de mortes (foram 15, 14,5% do total do ano), seguido de 2002, quando o *JC* publicou 13 textos (9,3% naquele ano).

As manchetes de 21 de fevereiro de 2002 (*Mais quatro mortes sob suspeita de dengue*), 23 de junho de 2006 (*Recife confirma 1ª morte por dengue hemorrágica*) e 10 de abril de 2008 (*Morte por dengue deixa Estado em alerta*) evidenciam o tratamento dado à morte em épocas distintas (figuras 2, 3 e 4). Contabilizar os óbitos e os novos casos por meio das manchetes – consideradas por Lage (2008, p. 15) “anúncios do texto” – torna-se uma preocupação para enfatizar o agravamento da situação, devido a uma *potencial* ameaça de epidemia, como forma de “captar” o seu público.



Figura 2 – Manchete enfatiza a suspeita de quatro mortes por dengue, dando valor à epidemia.
FONTE: *JC*, 21 de fev de 2002.



Figura 3 – Confirmação de morte por dengue hemorrágica rende manchete na editoria *Cidades*.
FONTE: *JC*, 23 de jun de 2006



Figura 4 – Registro de primeiras mortes por dengue leva o jornal a noticiar o assunto na capa.
FONTE: *JC*, 10 abr de 2008.

Em geral, observamos que a imprensa tende a acompanhar a evolução dos casos e ocorrência de mortes por dengue especialmente nos momentos mais críticos (FERRAZ, 2010). Em 2002, a introdução do DEN-3 no Brasil foi determinante não só para a ocorrência da epidemia explosiva⁶, como também para despertar o interesse do jornal na publicação permanente de notícias. Outros dois momentos críticos ocorreram em meados de 2006 e no fim do primeiro trimestre de 2008, quando houve um aumento de casos acima do normal, especialmente neste último ano (que registrou 19 mortes, um

⁶ Três dos quatro sorotipos que causam a dengue (DEN-1, DEN-2 e DEN-3) circulam no Brasil. Vivemos o risco de o DEN-4 ultrapassar a fronteira pela Venezuela, onde existe o quarto sorotipo, que pode provocar uma nova epidemia explosiva, como a que ocorreu em 2002, quando foram registrados 672.371 notificações e 2.090 óbitos por febre hemorrágica da dengue (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2002, p. 10).



número bem próximo aos 20 óbitos ocorridos em 2002). Nos três períodos, o *Jornal do Commercio* publicou mais matérias, enfatizando a força que a dengue tem na agenda midiática nos momentos de maior risco.

Por outro lado, a diminuição de casos levou a doença a perder espaço na mídia, algumas vezes quase que desaparecendo do noticiário. Foi o que ocorreu em 2004, quando o *JC* publicou apenas 11 textos, uma queda de 92,37% em relação à produção de 2002. Em três das cinco matérias que enfocaram o *dizer notificador* de casos, a dengue ficou em segundo plano, aparecendo de forma resumida do meio para o final da matéria, em detrimento da leptospirose, representando na época uma ameaça maior que a dengue pelas mortes registradas⁷. Vejamos um desses três textos:

(01)

Duas novas mortes por leptospirose foram registradas em Pernambuco, aumentando o total de óbitos desde janeiro de 12 para 14. As vítimas são do Recife (Jardim São Paulo) e de Olinda, conforme boletim divulgado ontem pela Secretaria de Saúde do Estado.

[...]

A Secretaria Estadual de Saúde também divulgou ontem o balanço da dengue. Em Pernambuco foram registrados do início do ano até ontem 836 casos da forma clássica e cinco da hemorrágica. No Recife, foram confirmados 51 casos de dengue clássica e está em investigação um do tipo hemorrágico. Não há dados sobre mortes. (*JC*, 02/07/2004)

O regime enunciativo indica o tom mais neutro das notícias em relação à dengue. *Divulgar*, que significa “tornar pública alguma coisa”, e *registrar*, cujo sentido é “marcar” ou “fazer o registro”, tornaram-se os verbos mais comuns, ao lado de *investigar* (para indicar os casos que ainda estão sendo averiguados) e *confirmar* (para validar os casos que tiveram os estudos concluídos). A saúde pública se converteu, praticamente, na única voz a falar sobre a moléstia, divulgando balanços com os casos.

Em 2006, na fase considerada mais crítica da doença (entre os meses de junho e julho), o *Jornal do Commercio* começou a citar de forma recorrente a epidemia de 2002 nos seus discursos. A referência direta ao maior evento epidêmico já registrado naquele momento indica claramente a presença do interdiscurso. Ao longo do ano, a menção à epidemia de 2002 foi vista em oito textos (26,7% do total), dos quais cinco só no mês de julho, sendo o ano que mais retomou interdiscursivamente a memória da epidemia de

⁷ A leptospirose é causada pela bactéria *Leptospira*, eliminada, sobretudo, através da urina dos ratos. A pessoa pode se infectar ao se expor à urina contaminada, quando em contato direto com a pele ou em áreas alagadas ou em rios e córregos. Em 2004, foram confirmados em Pernambuco 131 casos, sendo 20 mortes. O número de óbitos foi bem maior que as quatro mortes por dengue registradas no mesmo ano, conforme dados publicados pela matéria Lixo e pobreza expõem recifenses à doença do rato, que saiu no dia 5 de julho de 2009 no *Jornal do Commercio*.



2002 nos textos, a nosso ver pela maior proximidade com o evento epidêmico de referência. Abaixo, destacamos dois exemplos extraídos do noticiário de 2006:

(02)

Doença típica da urbanização, falta de saneamento e de educação, a dengue se tornou constante no Estado. Depois da **grande epidemia de 2002**, voltou a crescer este ano. (JC, 26/07/2006)

(03)

A **última grande epidemia de dengue em Pernambuco foi em 2002**, quando foram confirmados mais de 96 mil casos. No ano seguinte os registros ficaram em torno de 11 mil e, desde então, os números vinham caindo. (JC, 28/07/2006)

A situação de 2002 é qualificada como a *última grande epidemia de dengue* ou simplesmente *grande epidemia de 2002*. Essa forma de adjetivação nos enunciados cria um efeito de proximidade com o passado ao relacioná-lo com o momento presente, já que, em 2006, a dengue *voltou a crescer*. Em 2008, também identificamos a menção à epidemia de 2002 nos textos jornalísticos como forma de comparar a situação atual com o passado recente. A seguir, destacamos um desses textos:

(04)

Recife já contabilizou desde o início do ano 904 casos de dengue clássica confirmados e oito da forma hemorrágica, com uma morte. Os esforços atuais visam impedir que o crescimento de casos da doença cheguem ao tamanho de uma **epidemia como a vivida no ano de 2002** e atribuída ao vírus DEN 2. (JC, 20/05/2008)

A magnitude da dengue em 2002 – cuja situação se configurou como a pior de todos os tempos em Pernambuco e no Brasil – foi fundamental para analisar o valor negativo nos enunciados em anos posteriores, através da identificação da palavra *epidemia* na prática discursiva. Para nós, as noções de medo e mal estão intimamente ligadas à produção de sentidos das doenças infecciosas (como a dengue), transmitidas por um agente biológico. Nessas enfermidades transmissíveis, em que não se visualiza o agente, mas em que se vê e sente concretamente o corpo doente, a materialização da epidemia no contexto da coletividade faz explodir a noção do “mal” se alastrando e espalhando o medo.

Em 2008, o enfoque dado ao avanço da dengue hemorrágica e às mortes em Pernambuco, duas das principais causas do *descontrole* da dengue (além da epidemia em curso), fez aflorar novamente o medo da virose por meio dos discursos, perante o *sentimento de proximidade do perigo*. A partir das falas do jornal e da população (exemplos 05 a 07), é possível visualizar esse temor do “mal” sanitário próximo:



(05)

Moradores da comunidade de Jardim Copacabana, em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, onde um menino morreu com suspeita de dengue, estão **assustados**. (JC, 25/04/2008)

(06)

[...] há casas de veraneio fechadas nas praias do Janga, Conceição, Pau Amarelo e Maria Farinha. Uma delas fica na Avenida Cláudio Gueiros Leite, próxima à Rua Glauber Rocha, e tem a piscina coberta por lona e cheia de poças d'água. “Vizinhos já tiveram dengue. Tenho **medo** que nossa família também adoça”, diz Gorete Araújo, que vive na casa ao lado, de nº 1647. (JC, 26/04/2008)

(07)

O levantamento da secretaria mostra que a doença se dissemina não apenas no Grande Recife. As cidades do interior também estão **acuadas** pelo *Aedes aegypti* (sic). (JC, 27/04/2008)

Analisando o período de ocorrência dos enunciados, verificamos que o medo surgiu justamente no mês de abril, considerado o mais crítico da dengue em 2008, quando Pernambuco apresentou o pico de casos e os óbitos começaram a ser registrados. Evidente que, como a morte provoca um maior temor, as pessoas que moram no entorno da residência da *vítima* se dizem geralmente *assustadas* nas matérias e reportagens, como nos exemplos 05 (*Moradores da comunidade de Jardim Copacabana, em Piedade, Jaboatão dos Guararapes, onde um menino morreu com suspeita de dengue, estão assustados*). Em outros momentos, o fato de viver perto de quem teve dengue assusta, como na fala da moradora Gorete Araújo no exemplo 06 (*“Vizinhos já tiveram dengue. Tenho medo que nossa família também adoça”*). O jornal, por sua vez, também constrói o seu discurso informando que a disseminação da enfermidade no território está deixando a população *acuada* pelo *Aedes aegypti*, mosquito transmissor da dengue.

A ênfase no combate

Na sequência da instalação da ameaça da dengue, observamos que as iniciativas do poder público para controlar a dengue tiveram espaço privilegiado no *Commercio*, geralmente logo após a constatação do aumento demasiado de casos ou do registro de mortes, principalmente com a alteração na curva da doença em 2002 e 2008. Também é possível ver matérias do gênero durante as campanhas de conscientização junto à população. Pela tabela dos núcleos semânticos priorizados pelo *JC* (tabela 3, na página 130), as matérias sobre os mutirões de combate e os anúncios de novas medidas governamentais somaram 27,5% dos 291 textos publicados nos quatro anos estudados.



Vemos que os textos adotam o discurso de guerra, enfatizando a adoção de táticas militares no controle da dengue. O *Aedes* é retratado pela mídia como uma espécie de monstro, sendo necessário às pessoas “se armarem” contra o “inimigo”. *Guerra, luta, batalha, combate, plano, inimigo, eliminação, erradicação, alvo* e *obstáculo* são palavras comuns a esses enunciados, sobretudo em momentos de descontrole, como nas epidemias, indicando o apelo que o desgoverno tem no contexto social e a necessidade de se garantir o domínio ao desequilíbrio. Em maior ou menor grau, todos os anos estudados tiveram textos ressaltando o combate.

No quadro 3, pinçamos manchetes em que o discurso de guerra foi abordado:

Quadro 3 – O discurso de guerra nas manchetes – <i>Jornal do Commercio</i> , 2002 a 2008	
22/02/2002	PM reforça combate à dengue
02/03/2002	Estudantes da UFPE formam brigada para monitorar o campus
08/03/2002	JC se engaja na luta contra dengue
19/11/2002	Campanha faz mobilização contra mosquito da dengue
28/11/2004	PCR intensifica ações contra dengue
18/11/2006	Caminhada e frevo no combate à dengue
25/05/2006	Funcionários de prédios apóiam combate à dengue
30/12/2006	Erva é arma contra mosquito da dengue
23/04/2008	Fiscais atacam 1.868 focos no Recife
19/05/2008	Recife se une contra a dengue
20/05/2008	Ambulantes são alvo de ação
01/06/2008	Arquitetura é obstáculo para o combate à dengue

A importância da luta ultrapassa ações governamentais, mostrando a sociedade civil também engajada na “guerra” contra a doença. Sendo assim, *estudantes universitários, funcionários de prédios* e o próprio *Jornal do Commercio* entram na *luta* para “acabar” com o mosquito, ao lado de órgãos governamentais, como a *Prefeitura do Recife* e a *Polícia Militar*. Esse tipo de participação social costuma ter espaço cativo no noticiário em momentos de epidemia (descontrole da dengue), quando, de fato, as pessoas parecem demonstrar preocupação diante do problema e tomam atitudes diferenciadas, chamando a atenção dos veículos de comunicação.

É interessante destacar que o uso de metáforas bélicas não é uma prática apenas do presente. Inicialmente usadas pelo campo médico no fim do século XIX com a identificação dos agentes infecciosos, essas metáforas foram incorporadas a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) nas campanhas de saúde, adotando uma visão de doença como “inimigo” para incentivar o controle sanitário. De lá para cá, esse tipo de



estratégia discursiva pode ser vista no noticiário jornalístico a respeito de outras doenças que representam ameaça à população.

Levar em conta a historicidade é fundamental para tentar entender as relações de sentido atuais no “jogo complexo da discursividade”, como diz Orlandi (2007a). Ainda hoje as noções de inimigo e guerra são elementos muito presentes nos discursos da saúde pública. Sabendo que a dengue não pode ser eliminada em curto prazo, Silva e Angerami (2008, p. 52) defendem uma “tática de guerrilha” para “derrotar a doença”. O risco torna-se então a noção que permeia a *guerra contra a dengue*, demandando a adoção de práticas seguras que reduzam o perigo iminente que representa a moléstia.

Com o tempo, essa noção de guerra acabou sendo assimilada e reforçada pela mídia na construção do seu próprio discurso como uma doença difícil de ser controlada, sendo necessária a implementação de “táticas” para conter a sua expansão. Por isso, as metáforas bélicas são interessantes para as matérias sobre doenças cujas ações de controle visem à eliminação dos riscos. A partir da redução dos casos, a dengue deixa de ter importância, retornando ao noticiário com a constatação de novo *descontrole* ou com o anúncio de descobertas científicas ou estimativas de avanço da dengue.

Algumas considerações

É inegável a relevância da dengue para o campo midiático. A análise empreendida neste artigo indica o status adquirido pela virose na imprensa a partir da epidemia explosiva de 2002. Possivelmente nenhuma outra doença infecciosa tenha tido tanto espaço nos últimos anos no noticiário quanto a dengue, devido à ocorrência cíclica de epidemias e o risco de morte pela forma hemorrágica, que representa uma ameaça cada vez maior dos últimos anos para cá. Com exceção da gripe suína, a dengue encontra lugar cativo nas páginas dos jornais, tornando a experiência da doença mais comum.

A epidemia costuma ser priorizada pela imprevisibilidade e o impacto sobre a população. Interdiscursivamente, a epidemia estabelece uma relação entre o passado e o presente quando se pretende denotar o avanço ou não da moléstia. Embora cada doença infecciosa tenha suas características particulares, todas elas resgatam a memória das antigas pestes. Nas matérias atuais, noções seculares como medo, mal, morte e risco estão ligadas às moléstias que fizeram história no passado. A aproximação da ameaça que emana do noticiário traz à tona as noções seculares enumeradas anteriormente.

Carregando consigo a noção do “mal” sanitário, a epidemia demanda a realização de ações de controle por parte dos órgãos governamentais. Dentro da lógica do



descontrole, o discurso de guerra evidencia a importância do restabelecimento do *controle*. Assim, as metáforas bélicas evidenciam a importância dessas palavras a fim de envolver o leitor na realização de medidas preventivas e/ou de combate.

Diante da inviabilidade de erradicação do mosquito a Organização Mundial de Saúde definiu, desde 1995, a participação da comunidade envolvida e de todos os setores da sociedade como um dos elementos básicos para prevenir e controlar a dengue. Ao avaliar o tratamento dado pela imprensa pernambucana à dengue, nossa proposta é promover uma discussão sobre o assunto no âmbito da comunicação.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

CHARAUDEAU, P. ; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2008.

CORDEIRO, M. ; FREESE, H. S. ; NOGUEIRA, R. M. R. **Vinte anos de evolução da dengue no Estado de Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

COURTINE, J-J. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Ed. da UFSCar, 2009[1981].

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007[1983]. p. 23-32.

DONALÍSIO, M. R. **O dengue no espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1999.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987[1972].

FAUSTO NETO, A. **Comunicação e mídia impressa**: estudo sobre a Aids. São Paulo: Hacker, 1999.

FERRAZ, L. M. R. **Epidemia e memória**: narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue. 2010, 250p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Comunicação, Recife, 2010.

FOUCAULT, M. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado, 6 ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006[1963].



HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006[1968].

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997[1984].

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A sociedade contra a dengue**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília: Editora MS, 2002.

OGRIZEK, M. ; GUILLERY, J. ; MIRABAUD, C. **La commucation médicale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed., Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007b.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007[1983]. p. 49-56.

ROUQUAYROL, M. Z. ; FILHO, N. A. **Epidemiologia & saúde**. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

SILVA, L. J.; ANGERAMI, R. N. **Viroses emergentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

UJVARI, S. C. **A história e suas epidemias: a convivência do homem com os microorganismos**. Rio de Janeiro: Editoria Senac Rio: Editora Senac São Paulo, 2003.

VEYRET, Y; RICHEMOND, N. M. Definições e vulnerabilidades do risco. In: VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 25-46.

VIEILLARD-BARON, H. Os riscos sociais. In: VEYRET, Y. (Org.). **Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 275-316.